



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28548858/2023-CPL/SELOG/SR/PF/AP

Processo nº 08361.002058/2023-03

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Aquisição de materiais de consumo, com entrega parcelada, mediante requisição, pelo período de 12(doze) meses, para atender a SR/PF/AP e DPF/OPE/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
01	Vasilhame de água mineral, capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno, novo (1º uso), retornável, com prazo de validade no mínimo de 02 (dois) anos, para entrega na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	229112	Unidade	30	R\$ 921,00
02	Açúcar tipo cristal ou triturado, composição origem vegetal, sacarose, aparência homogênea, livre de sujidades, parasitos e larvas, cor branca. 01 kg, para entrega na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	463988	Pacote 01 kg	420	R\$ 2.381,40
03	Café torrado e moído, acondicionado em embalagem a vácuo, validade mínima de 12 meses após a entrega definitiva, padrão tradicional ou superior, selo de pureza e/ou qualidade Abic e, na ausência deste é obrigatório a apresentação de laudo de análise assinado por laboratório habilitado por órgão de Vigilância Sanitária competente na União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com nota de qualidade global mínima de 4,5 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café. 01 kg, para entrega na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	463591	Pacote 1Kg	560	R\$ 17.864,00
04	Copo descartável, Poliestireno, Capacidade: 180 ML, Aplicação: Água/Suco e Refrigerante, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco, para entrega na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	351876	Pacote 100 unid	600	R\$ 3.474,00
05	Gás refino de petróleo, tipo: gás liquefeito de petróleo - GLP, uso: doméstico, em botijão de 13kg retornável, para entrega parcelada, mediante requisição pelo período de 12(doze) meses, na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	461652	Kg	780	R\$ 9.453,60
06	Vasilhame de água mineral, capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno, novo (1º uso), retornável, com prazo de validade no mínimo de 02 (dois) anos, para entrega na DPF/OPE/AP, no município de Oiapoque/AP.	229112	Unidade	30	R\$ 973,80
07	Açúcar tipo cristal ou triturado, composição origem vegetal, sacarose, aparência homogênea, livre de sujidades, parasitos e larvas, cor branca. 01 kg, para entrega na DPF/OPE/AP, no município de Oiapoque/AP.	463988	Pacote 01 kg	200	R\$ 1.178,00
08	Café torrado e moído, acondicionado em embalagem a vácuo, validade mínima de 12 meses após a entrega definitiva, padrão tradicional ou superior, selo de pureza e/ou qualidade Abic e, na ausência deste é obrigatório a apresentação de laudo de análise assinado por laboratório habilitado por órgão de Vigilância Sanitária competente na União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com nota de qualidade global mínima de 4,5 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café. 01 kg, para entrega na DPF/OPE/AP, no município de Oiapoque/AP.	463591	Pacote 01 kg	180	R\$ 6.665,40
09	Copo descartável, Poliestireno, Capacidade: 180 ML, Aplicação: Água/Suco e Refrigerante, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco,	351876	Pacote 100 unid	400	R\$ 2.332,00
10	Gás refino de petróleo, tipo: gás liquefeito de petróleo - GLP, uso: doméstico, em botijão de 13kg retornável, para entrega parcelada, mediante requisição pelo período de 12(doze) meses, na DPF/OPE/AP, no município de Oiapoque/AP.	461652	Kg	156	R\$ 2.446,08

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da data assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma demanda de caráter permanente que surge em todo o exercício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a economicidade processual;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$. (por extenso), conforme custos unitários apostos na tabela acima **OU** em anexo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000037/2023
- Data de publicação no PNCP: 14/02/2023
- Id do item no PCA: 57
- Classe/Grupo: 7320
- Identificador da Futura Contratação: 200402-12/2022

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR DO CAFÉ

4.1.1.1. Para efeito de habilitação dos itens 04 e 09, só será permitida a aquisição de café, de empresas que apresentarem produto acompanhado do selo de pureza e/ou qualidade Abic ou, na ausência deste, a apresentação de laudo de análise assinado por laboratório habilitado por órgão de Vigilância Sanitária competente na União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com nota de qualidade global mínima de 4,5 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café;

4.1.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR DO GÁS LIQUEFEITO

4.1.2.1. Para efeito de habilitação a fornecedora do item 06, só será permitida a aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP, junto às empresas que possuem a autorização de revenda devidamente outorgada e em plena validade, conforme estabelecido na Resolução nº 51 de 30/11/2016, da Agência Nacional de Petróleo - ANP;

4.1.3. As empresas deverão comprovar as documentações exigidas no momento da apresentação da documentação de habilitação no processo licitatório.

4.1.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.4.1. A Contratada deverá observar e cumprir a legislação ambiental, pertinente ao objeto da licitação, na utilização, no transporte e no descarte dos produtos utilizados na execução contratual.

4.1.4.2. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

4.1.4.3. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, a Contratada deve observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes onde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

4.1.4.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, nos termos do art. 6 da IN 01/2010 SLTI.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do(a) emissão da Ordem de Fornecimento de Bens ou da assinatura do Contrato, em remessa única ou parcelada, mediante requisição.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os itens 01, 02, 03, 04 e 05 deverão ser entregues no seguinte endereço:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ - SR/PF/AP

Endereço: Rodovia Norte/Sul, s/nº, Infraero - CEP 68.908-910 - Macapá/AP

5.3. Os itens 07, 08, 09 e 10 deverão ser entregues no seguinte endereço:

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO OIAPOQUE - DPF/OPE/AP

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 500, Centro - CEP 68.980-000 - Oiapoque/AP

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12(doze) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20(vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “F”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os exigidos no item 5 do presente termo de referência.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 200402;

Fonte de Recursos: 1000000;

Elemento de Despesa: 339030; e

Plano Interno: PF99900AG23

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Macapá/AP, na data da assinatura eletrônica.

ALBERTO CARLOS E SILVA
Agente Administrativo
Chefe do SELOG/SR/PF/AP

Despacho:

1. Aprovo o presente Termo de Referência;

2. Ao SELOG para prosseguimento do processo de aquisição.

ANDERSON DE ANDRADE BICHARA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da SR/PF/AP



Documento assinado eletronicamente por ANDERSON DE ANDRADE BICHARA, Superintendente Regional, em 19/05/2023, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por ALBERTO CARLOS E SILVA, Chefe de Setor, em 19/05/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dof.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 28866945 e o código CRC E2277C50.